



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**MENTIRA E VERDADE NA POLÍTICA: UM EMBATE ENTRE O DISCURSO E A
REALIDADE**

Monografia do final do curso de Sociologia

**MARCOS VINICIUS DA SILVA ANICETO
202027072**

**Brasília, DF
2022**

MARCOS VINICIUS DA SILVA ANICETO

**MENTIRA E VERDADE NA POLÍTICA: UM EMBATE ENTRE DISCURSO E
REALIDADE**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho

Brasília, DF

Maior/2022

MARCOS VINICIUS DA SILVA ANICETO

**MENTIRA E VERDADE NA POLÍTICA: UM EMBATE ENTRE DISCURSO E
REALIDADE**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Brasília, 10 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr Maria Francisca Pinheiro Coelho
Orientadora

Professor Dr Eurico Antonio Gonzalez Cursino dos Santos
Professor avaliador

À minha mãe e avó, as duas Marias que sempre me inspiraram a ser alguém melhor. Mesmo que não estejam mais aqui, sempre foram minhas fontes de força para continuar em frente.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre acreditou em mim e me incentivou a continuar trilhando o caminho que me trouxe a este momento. O apoio, a amizade e os diversos conselhos foram essenciais para que eu superasse os obstáculos que surgiram na minha formação pessoal e profissional.

Aos meus professores do Centro de Ensino Médio 01 do Paranoá, que entre todos os desafios enfrentados em sala de aula, sempre incentivaram seus estudantes a sonhar e lutar por um futuro que para muitos era visto como impossível.

À minha orientadora, professora Maria Francisca, por me aceitar como orientando, me dar preciosas dicas e me ajudar a construir a pesquisa, que foi um grande desafio. Obrigado.

Ao professor Eurico Cursino dos Santos, por aceitar compor a banca examinadora.

E, por fim, aos meus amigos, que foram essenciais no meu cotidiano, dentro e fora da Universidade. Os projetos que construímos e participamos, as companhias nas disciplinas, as visitas aos pontos mais monótonos de Brasília que se tornavam extremamente agradáveis, pelas companhias nas festas e *happy hours* que participamos, foram momentos que irei guardar com muito carinho ao lembrar desses tempos, que parecem tão distantes.

“Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina”

*Deputado Ulysses Guimarães
Presidente da Assembleia Nacional Constituinte (87/88)*

RESUMO

Política e verdade nem sempre combinam. Há mesmas situações em que segredos de Estado são necessários em nome da proteção da população, mas sempre com justificativas legais. No entanto, existe no imaginário popular, a ideia de que a política e a verdade são inimigas em sua essência. Essa realidade se reproduz por meio dos discursos políticos, apoiados em promessas eleitorais que levantam discussões relevantes para a sociedade apenas em período de eleições. A mentira, há muito tempo, é tida como uma válvula de escape, que, inicialmente, era utilizada com uma finalidade protetiva para a existência da política no meio social; hoje, ela é um elemento na construção de propagandas, que, em muitos casos, se enquadra como uma distorção da realidade para construção de narrativas alternativas a verdade factual. A pesquisa analisa como os discursos políticos distorcem a realidade a fim de criar fatos alternativos com a finalidade de ganhar ou consolidar uma base de apoio, assim influenciando a opinião popular a seu favor.

Palavras-chave: verdade e política, mentira e política, verdade e mentira, propaganda, propaganda política, ditadura militar

ABSTRACT

There is, in the popular imagination, the idea that politics and truth are enemies in essence. This reality gains legitimacy through political speeches, which have an empty basis, supported by electoral promises that raise relevant discussions for society only in election times. Lies, for a long time, have been considered an escape valve, which, initially, was used with a protective purpose for the existence of politics in the social environment; today, it is a fundamental element in the construction of propaganda, which, in many cases, is framed as a distortion of reality for the construction of alternative narratives to the factual truth. The research analyzes how political discourses distort reality in order to create alternative facts with the purpose of gaining or consolidating a support base, thus influencing popular opinion in their favor.

Keywords: truth and politics, lies and politics, truth and lies, propaganda, political propaganda, military dictatorship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO.....	12
1.1. Repercussão.....	16
2. QUEM FOI FERNANDO SANTA CRUZ.....	20
3. DITADURA MILITAR BRASILEIRA.....	23
4. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE.....	33
5. VERDADE E MENTIRA NA POLÍTICA.....	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
7. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	47
ANEXOS.....	48

INTRODUÇÃO

O ano de 2019 foi palco de uma gama de discussões de cunho político-social, tendo em vista que foi um ano pós-eleições gerais. Esse fato não é considerado como caso atípico, porém, o incomum está na forma em que esses acontecimentos chegaram; isto porque o atual presidente da república, Jair Bolsonaro - que mesmo antes de ganhar as eleições, era conhecido por ser um deputado dono de declarações lamentáveis, durante o ano eleitoral foi tido como sendo um risco a democracia, não apenas por se tratar de um político do baixo clero, mas também por ser um extremista, defensor de ideais e ações nocivos à sociedade.

Jair Bolsonaro foi tido como um político *outsider* mesmo tendo mais de duas décadas de carreira política na Câmara dos Deputados. A classificação foi feita pela forma em que ele decidiu se posicionar politicamente. Bolsonaro ganhou holofotes se vendendo como um político antissistema, alguém contrário à política. Com um discurso populista, moldado de forma a agradar uma população insatisfeita com o cenário político-social do Brasil, o então candidato à presidência da república, conseguiu ser eleito em 2018.

Em seus discursos Bolsonaro sempre fez questão de demonstrar seu apego ao período ditatorial brasileiro, chegando a fazer menção e oferecer seu voto ao torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra durante a votação do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputado. Torturador esse que o presidente considera como herói nacional.

Se pensava que após a vitória nas eleições de 2018 os discursos iam ser moderados, porém, aconteceu o contrário. O lado extremista ficou ainda mais explícito nos discursos e posicionamentos tomados por Bolsonaro. Em maio de 2019, no seu terceiro mês de governo, declarou que as forças armadas deveriam comemorar a data do golpe militar de 1964 que instaurou uma ditadura militar no Brasil por mais de duas décadas.

Alguns meses depois, em 29 de julho, enquanto criticava os posicionamentos da OAB, o presidente da república efetuou diversas declarações acerca de acontecimentos da ditadura militar. Bolsonaro deu a seguinte alegação sobre o pai do, então, presidente da OAB, Felipe Santa Cruz: “Um dia, se o presidente da OAB quiser

saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto para ele. Ele não vai querer ouvir a verdade”. Em pronunciamento nas redes sociais, no mesmo dia, o presidente seguiu o assunto levantando a hipótese de que as forças de oposição à ditadura seriam responsáveis pelo seu desaparecimento; o que é desmentido pela Comissão Nacional da Verdade em seus documentos, analisados depois.

Esse acontecimento deu início a diversas reflexões sobre eventos que ocorreram durante a ditadura militar brasileira. Diante de toda essa polêmica que se instaurou, muitas pessoas se dividiram entre apoiar o que foi dito ou repudiar a declaração. Dentro desse contexto surge uma dúvida: Como factoides criam inverdades no meio político, a exemplo desse caso sobre a ditadura militar brasileira?

No jogo político uma fala pode facilmente manipular os ouvintes e fazer com que uma mentira ganhe caráter de realidade. Não é uma realidade que se pode alcançar facilmente, porém, com exercícios periódicos que constantemente bombardeiam as pessoas sutilmente com declarações falsas, o imaginário popular consegue ser manipulado.

As discussões sobre *fake news* têm ganhado campo cada vez mais, uma vez que os discursos passaram a se apropriar mais dessa ferramenta com propósitos políticos, seja para se promover ou mesmo para conseguir minar adversários. Desse modo, a política e os fatos são manipulados por meio de interesses particulares com os mais diversos objetivos.

O avanço das redes sociais possibilita uma distribuição rápida e indiscriminada de informações, fazendo com que personalidades tenham um público cada vez maior e o impacto de suas falas seja amplificado. Essa é uma realidade que consegue afetar as estruturas políticas de um país e até mesmo ferir sistemas democráticos a ponto de se tornarem irreparáveis a curto prazo.

A ditadura militar foi uma realidade no Brasil, porém o fato de que não há uma memória viva na sociedade dá espaço para que facilmente os fatos percam lugar para factoides e opiniões se tornem ‘verdade’. Um cenário favorável para que seja possível a criação de uma realidade adulterada com o objetivo de construir pilares de apoio ao próprio discurso político.

1. DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO

I

“Por que a OAB impediu que a Polícia Federal entrasse no telefone de um dos caríssimos advogados? Qual é a intenção da OAB? Quem é essa OAB? Um dia se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu falo pra ele, ele não vai querer ouvir a verdade eu conto pra ele a ver- não é a minha versão, aqui a minha vivência, né, me fez chegar nessas conclusões naquele momento o pai dele integrou a Ação Popular, o grupo mais sanguinário e violento lá da guerrilha de Pernambuco e que veio a desaparecer no Rio de Janeiro” (Declaração do presidente Jair Bolsonaro sobre desaparecido político, 2019).

Bolsonaro sempre foi conhecido na política como um político polêmico, por suas falas que ferem os direitos básicos resguardados pela legislação brasileira. A declaração feita em relação ao pai do ex-presidente da OAB, Fernando Santa Cruz, é mais um exemplo de como a figura de Bolsonaro é polêmica. O discurso feito para seus apoiadores ocorreu no primeiro ano de seu mandato, como uma forma de questionar a OAB e seu presidente na ocasião, Felipe Santa Cruz e dos motivos que, segundo o Presidente, atrapalharam investigações do caso do atentado cometido por Adélio Bispo¹. A ordem teria se negado a violar o sigilo de dados do advogado que defendia o réu.

A gravidade no ato apenas se aprofunda, pois no mesmo dia o presidente deu outra declaração no mesmo tema; porém, com detalhes diferentes dessa primeira versão. Em uma *live* ele afirmou que: “De onde eu obtive as informações? Com quem eu conversei na época, ora- oras bolas, tá! ... conversava com muita gente, estive na fronteira ... né ... conversava[...]”, ao levantar tal afirmação, ele passa do ponto de quem diz que apenas sabe do que poderia ter acontecido, para alguém que possui, sem dúvidas, uma versão desconhecida, e passa a impressão de que a verdade é dele.

¹ Adélio Bispo foi o autor da facada em Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018. Foi considerado inimputável e internado por tempo indeterminado, como medida de segurança.

Na mesma declaração ele afirma que os responsáveis pelo desaparecimento e morte de Fernando Santa Cruz teriam sido os próprios companheiros.

“[...] e o pessoal da AP (Ação Popular, grupo em que Fernando Santa Cruz fez parte) do Rio de Janeiro, é, ficou em- ficou primeiro ficaram estupefatos né, ‘como pode esse cara veio de Recife se encontrar conosco aqui, o contato não seria com ele, seria com a cúpula da Ação Popular de Recife’ e eles resolveram sumir com o pai do Santa Cruz. Essa é a informação que eu tive na época é sobre esse episódio porque, qual é a tendência? ‘Se ele sabe nós não podemos ser descobertos’, existia essa guerra naquele momento. Isso aconteceu, não foram os militares que mataram ele não, tá? É muito fácil culpar os militares por tudo que acontece” (Declaração do presidente Jair Bolsonaro sobre desaparecido político, 2019).

Ao fazer essa declaração, o presidente, não apenas ignora os reais fatos e acontecimentos, como também cria uma narrativa alternativa para seus apoiadores, que não conhecem os envolvidos, muito menos os desdobramentos dessa história. Nesse episódio são diversas as agressões realizadas pelo presidente: violou o direito a memória dos mortos e à integridade moral de famílias, isso porque a ditadura militar tornou-se um pesadelo presente na memória de muitas pessoas na sociedade brasileira.

Esse acontecimento não foi o primeiro, muito menos o último, envolvendo o presidente e a negação da ditadura como tal. Com dito, o mesmo já venerou o coronel Brilhante Ustra no plenário da Câmara dos Deputados durante a votação pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Declarou na ocasião: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”.

O ato violou inúmeras leis, inclusive a Constituição Brasileira, que, em seu preâmbulo, explicita que vivemos em um Estado democrático de direito e que não há espaço para tais ações. A fala foi infeliz por si só, mas ao fazê-la no Congresso Nacional, um dos pilares da democracia, direcionando-a para a então presidente Dilma, uma das vítimas das torturas do coronel na ditadura militar, Bolsonaro deu os primeiros passos para a normalização da mentira na política brasileira.

Jair Bolsonaro defende a ideia de que a ditadura militar foi uma revolução pelo bem do país e que não houve golpe em 64, mesmo que os militares tenham tirado um

presidente democraticamente eleito do poder. O flerte com a ditadura é tamanho que hoje estamos vivendo um cenário de instituições aparelhadas e a maior participação militar na política brasileira após a redemocratização em 1985. Há hoje a tentativa de implementação de um regime que seja confortável com as investidas totalitárias do presidente.

Não houve ainda uma possibilidade de golpe para mudança de regime, porém os instrumentos da democracia estão sendo bem utilizados para que esse objetivo seja alcançado pelas vias legais. A corrosão da democracia é um fato. Não está sendo de fora para dentro, mas de dentro para fora. Um dos lemas da ditadura militar que era a do inimigo interno voltou mais vivo no atual governo de Bolsonaro, pois não existem adversários políticos, mas inimigos a serem combatidos.

A guerra cultural e política teve diversos momentos exemplificados, como os ataques à memória de Fernando Santa Cruz que mostram a forma como Bolsonaro ataca quem ele classifica seu inimigo; no caso usou o pai do Felipe Santa Cruz como uma investida por olhar o então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como um obstáculo nos seus desejos de obter algo. Para um líder autoritário qualquer um que possa se tornar um empecilho aos seus devaneios deve ser um alvo prioritário.

II

Nós não podemos olhar tais declarações como sendo apenas absurdos, pois existem motivos para que essas declarações sejam dadas. Jason Stanley (2015) diz que *“there has been very little discussion in formal semantics and pragmatics on the effects of “code words” on discourse”*. Nós devemos pensar além do que esses discursos significam no curto período de tempo em que são ditos, pois as palavras proferidas são dolorosas para quem esteve envolvido; entretanto, seriam essas pessoas a quem o discursante, no caso o presidente, estaria se dirigindo? Stanley diz que a mensagem consegue ser passada entre quem está falando e o receptor e esse é o objetivo da propaganda.

Ao afirmar que Bolsonaro se elegeu como um *outsider* estamos levantando um fato, pois mesmo com 28 anos como deputado, ele não produziu feitos minimamente relevantes que se espera de alguém que ocupa um cargo público. Logo se tem em

mente que Bolsonaro não é, ou era – enquanto deputado e candidato à presidência, possuidor do *know how* político. Porém não se pode subestimar sua capacidade de fazer propaganda de si mesmo e de seu governo.

“Politicians must also be, for example, rationally consistent, objective, and logic” (Jason Stanley, 2015).² A consistência e racionalidade política funcionam de forma particular. E deve-se entender que mesmo que não façam sentido - aos olhos de quem está utilizando a propaganda política como objeto de estudo, determinadas falas e ações, o interlocutor consegue fazer sua voz ouvida.

Ao colocar o militante político Fernando Santa Cruz, como alguém violento e que fez parte de uma guerrilha sanguinária, Bolsonaro está criando uma imagem nova para as pessoas que não conhecem esse fato. Porém, qual seria o motivo de transformar uma pessoa em um personagem mal visto e como inimigo da democracia? A resposta consegue ser bem simples. A população rejeita facilmente o que para ela não se encaixa nos padrões de conduta social, mas não é uma ação simples; porém o poder do maior cargo de um país proporciona as ferramentas necessárias para isso.

O ser humano é empático por natureza, logo se compadece pelos seus iguais, mas essa realidade pode ser alterada. Como Stanley (2015) nos mostra, é necessário simplesmente fazer com que as pessoas achem que determinadas outras não são merecedoras de respeito, logo não há empatia por esses sujeitos; a propaganda ganha mais uma vez.

As formas de se comunicar estão para além da escrita e da fala. Figuras e expressões faciais são utilizadas para mandar mensagens de formas subliminares. A propagando por meio dos discursos consegue criar realidades alternativas e movimentar ideologias; para além disso, também consegue silenciar um grupo alvo, criando um cenário onde eles não são passíveis de consideração política, social ou econômica. Mostrando a necessidade de nunca deixar determinados debates sumirem do meio público.

“[...] these linguistic means should be available for use to make any point whatsoever that may come up in debate about policy, we should expect that they function to exclude wheter one takes the affirmative or the negative position on the debate. Indeed, if they were no linguistic means of excluding the

² “Os políticos também devem ser, por exemplo, racionalmente consistentes, objetivos e lógicos” (Tradução nossa).

perspective of certain groups from debate, while simultaneously oneself as contributing to the debate, that would raise the suspicion that reasonableness is not in fact the ideal of public reason" (Jason Stanley, 2015, p. 129).³

O presidente Bolsonaro não está reinventando a roda ao dar essas declarações com a intenção de manipular seu público, pelo contrário, ele está exercendo o que sempre demonstrou, seu repúdio e desprezo pela democracia e seu ordenamento social. Ao afirmar que os militantes que lutavam contra a ditadura militar e dizer que os militares não são culpados pelos acontecimentos, ele está criando pilares de sustentação para as opiniões pautadas na sua visão autoritária.

O uso de dizer que o Estado brasileiro está em uma fase de corrosão democrática que acontece em um ritmo acelerado. Em situações normais não haveria relativização de mentiras, porém Bolsonaro está cumprindo de forma impressionante seus objetivos. Suas declarações seriam facilmente punidas de acordo com a lei, porém já se abriu precedentes suficientes para que o cenário continue como está.

As afirmações feitas pelo presidente conseguem cumprir seu papel, de chocar quem conhece os fatos e de manipular aqueles que desconhecem. Seu material ideológico não é aquele que chega explicitamente ao público, na forma literal de suas falas, mas sim aquele que consegue se sobressair implicitamente para sua base de apoio. Esse é o movimento grave que deve ser acompanhado.

1.1. Repercussão

É evidente que a fala do presidente Jair Bolsonaro repercutiu muito mal na mídia. Os maiores jornais noticiavam espantados como um Presidente da República poderia dar tais declarações, sem que se abrisse uma polêmica sobre a verdade dos fatos, as apurações que se seguiram sobre os desaparecidos políticos e o próprio Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

É fato de que a imprensa tem papel fundamental nas democracias, afinal é ela que leva informação a população do país, mas como Arendt (1967) analisa a imprensa deve estar longe da influência exercida pelos poderes governamentais, pois a

³ “[...] esses meios linguísticos devem estar disponíveis para uso de qualquer ponto que possa surgir no debate sobre política, pois devemos esperar que eles funcionem para excluir se alguém assume uma posição afirmativa ou negativa no debate. Na verdade, se não fossem meios linguísticos de excluir do debate a perspectiva de certos grupos, isso levantaria a suspeita de que a razoabilidade não é de fato o ideal da razão pública” (Tradução nossa).

manipulação das informações pode ganhar um novo espaço dentro dos jornais, como a época da ditadura militar com a censura e matérias favoráveis ao regime. Ainda hoje, se tornou comum ter canais televisivos partidários com o objetivo de manipular informações.

É difícil entender quando se iniciou a normalização do absurdo no campo político e institucional brasileiro. Parece que o poder de mudar o cenário se cristalizou nas instituições que se acostumaram essa nova roupagem do Brasil.

A democracia brasileira passou a sofrer constantes ataques, a utilização de propagandas através de afirmações absurdas (como é o caso tratado aqui) ou mesmo de ataques explícitos às instituições democráticas, são exemplos de como a sociedade brasileira está mergulhando cada vez mais ao uso de mentiras e afirmações sem provas do Presidente da República.

Mesmo que seja de forma tímida e em um tom não tão alto, aqueles contrários a essas falas e posicionamentos sempre se levantam para se fazerem ouvidos, tanto aqueles que passaram por isso, quanto aqueles que não desejam que o futuro seja uma cópia do passado. Como disse, Umberto Eco (2018): Estamos aqui para recordar o que aconteceu e para declarar solenemente que “eles” não podem repetir o que fizeram”. Se o governo nega ao seu povo o direito à memória, cabe ao próprio povo protegê-la”.

II

Enquanto os meios de comunicação midiáticos repercutiram de forma negativa as alegações do presidente, as redes sociais não presenciaram o mesmo movimento de forma unânime. As redes sociais são conhecidas por serem o campo onde Jair Bolsonaro joga melhor, onde ele é mais conhecido e possui maior contato com sua base eleitoral; logo podemos ter em mente que enquanto as televisões divulgavam o absurdo, as suas tropas nas redes sociais endossavam seu discurso.

É chocante o número de apoiadores do Presidente que compartilham da mesma visão. Em casos comuns, a base apoiadora se define a partir do espectro político, mas Bolsonaro conseguiu elevar a outro patamar, seus seguidores querem a realidade que ele prega.

O número crescente de pessoas querendo a volta de uma ditadura militar no Brasil é assustador, pessoas com cartazes com frases aclamando o período ditatorial e gritando palavras de ordem pela volta da ditadura não choca mais que os motivos delas estarem suplicando por isso, o trabalho de manipulação foi tão bem sucedido que as justificativas dadas aos militantes de extrema direita é que eles necessitavam da liberdade que as instituições estavam retirando deles e cabia aos militares implementar um regime para que fosse possível haver liberdade de expressão na sociedade.

“[...] embora os regimes políticos possam ser derrubados, e as ideologias, criticadas e destruídas de sua legitimidade, por trás de um regime e de sua ideologia há sempre um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de pulsões insondáveis”
(Umberto Eco, 2018, p. 11).

As mídias sociais se tornaram uma das maiores armas do século XXI. É possível fazer com que democracias encontrem sua ruína pelo poder da tecnologia das mídias. Um exemplo marcante é a relação entre a crise política em Mianmar e o *Facebook*. E também as próprias eleições brasileiras de 2018 e a forma como as redes sociais foram fundamentais na disseminação das *fake news* do, então candidato à presidência, Jair Bolsonaro.

Posso afirmar, que os impactos das notícias nas redes sociais diferem de outros meios porque pode ser facilmente manipulável. Você pode apagar *posts*, retirar seus *likes*, editar comentários e depois dizer que nada aconteceu; ainda assim, se alguém aparecer com *prints* ou vídeos é fácil afirmar que foram forjados.

Uma habilidade muito utilizada para forjar visões sociais dentro das mídias sociais e mover as maçãs para isso é utilizar bem termos e significados. O debate pode ser feito baseado em uma característica social, porém ao conseguir passar uma visão deteriorada de algo apenas pela forma como você se comunica, é possível modificar o imaginário popular em direção a algo, alguém ou um acontecimento. Stanley (2015) diz que é possível que debates sejam alvos de visões antagônicas apenas pelo ato de se modificar seu significado social.

A ideologia se tornou o ponto de partida de diversas decisões sociais, como reflexo dos tempos em que estamos vivendo e isto se caracteriza como uma realidade

perigosa, pois estamos em direção a um caminho que pode ter um custo alto em um futuro próximo. O Brasil está em uma constante aproximação do retorno ao governo autoritário, sem se preocupar se deve ser feito de forma explícita ou não.

Qual o dilema das redes se não o impacto negativo sobre a democracia? O alto nível de popularidade *online* do presidente Jair Bolsonaro e seus flertes totalitários sinalizam um grande perigo, sendo fácil fazer uma analogia dessa realidade com os sistemas totalitários históricos do mundo: “O fascismo foi certamente uma ditadura, mas não era completamente totalitário, nem tanto por sua brandura, mas antes pela debilidade filosófica de sua ideologia” (Umberto Eco, 2015).

Quando Bolsonaro faz declarações absurdas e criminosas, seu público é convocado a sustentá-lo, isso porque ao ter essas atitudes o presidente sabe que encontrará resposta e sua saída será recorrer ao discurso clássico de que tentam constantemente contra a sua liberdade de expressão. A partir do momento que a figura máxima do país diz que está sendo alvo dos “poderosos”, como ele classifica os outros poderes, a população começa a temer sua própria segurança. Nesse momento, as pessoas não se separam o fato da forma ideológica, pois há a tentativa de se instaurar um pânico generalizado que possa atrair pessoas de diversos espectros políticos.

Se engana quem pensa que comparar o totalitarismo de Bolsonaro com o fascismo é esvaziar o sentido do mesmo. É evidente que o fascismo foi um sistema totalitário, mas não é uma realidade que desapareceu por completo. Até hoje alimenta líderes ao redor do mundo. Eco, 2018, diz que “o termo “fascismo” se adapta a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista”. Para um totalitário, o fascismo não é uma máquina difícil de se compreender, não há camadas de complexidade acoplado ao mesmo:

“O fascismo não possuía nenhuma quintessência e nem sequer uma só essência. O fascismo era um totalitarismo *fuzzy*. O fascismo não era uma ideologia monolítica, mas antes uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, um alveário de contradições” (Umberto Eco, 2018, p. 28).

O movimento de exaltação à ideologia é uma realidade que se disseminou indiscriminadamente nas redes sociais, o aval do presidente da república legitimou esse fato; os ataques a personalidades, pensadores e instituições são ações que se

tornaram comuns, quase como uma competição de quem consegue ferir mais direitos individuais e coletivos em favor de seu alinhamento político. E os aliados não possuem limitações nas suas investidas de forma *online*.

Retrocedemos a tal ponto que a caça ao perigo comunista do Estado brasileiro é suficiente para que instituições de ensino e intelectuais sejam alvos de ataques orquestrados pela internet, visto que é uma forma onde as pessoas não precisam se expor e correr riscos de terem suas identidades reveladas.

É inimaginável pensar que em 2022, 58 anos após o golpe de Estado que instaurou a ditadura militar, é possível se deparar com integrantes do governo comemorando o aniversário do início de um dos momentos mais sombrios da nossa história. Temos o presidente da república, o vice-presidente, ministros e até mesmo generais comemorando a ruptura democrática brasileira.

O 31 de março de 2022 contou com um movimento do presidente e seus aliados na tentativa de chamar atenção aos seus caprichos de exaltação à ditadura. Em meio a comemoração também houve protestos, batalhas *online* são comuns entre posicionamentos dos apoiadores do presidente e quem se opõe a ele, logo as *hashtags* estavam se enfrentando para ocupar os *trend topics*; dentre os movimentos, o “#DitaduraNuncaMais” superou o “#Viva31deMarço”.

Fica cada vez mais evidente que independente de suas afirmações, o presidente Jair Bolsonaro consegue mover, e comover, seu exército virtual a favor dele, seja ameaçando a ordem democrática ou mesmo dando discursos que ferem o direito a memória de pessoas que não estão aqui para se defenderem de suas acusações infundadas. Seus discursos e propagandas encontram limites no mundo físico, mas o mundo virtual se mostra cada vez mais um mundo que ele consegue explorar com liberdade.

2. QUEM FOI FERNANDO SANTA CRUZ⁴

⁴ As informações biográficas de Fernando Santa Cruz, sua família e desaparecimento foram obtidas pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume 3. As informações sobre a conjuntura nacional anterior ao golpe de Estado de 1964 e os contextos históricos e políticos brasileiros foram obtidas no Volume 1 deste mesmo Relatório.

Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, mais conhecido como Fernando Santa Cruz, nasceu em Recife, Pernambuco no dia 20 de fevereiro de 1948; filho de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira e Lincoln de Santa Cruz Oliveira, iniciou sua participação direta na política no movimento estudantil secundarista, no final dos anos 60. No ano de 1966 foi preso por participar da manifestação contrária ao acordo MEC-USAID⁵, porém, por ser menor de idade teve que passar uma semana no Juizado de Menores.

Em 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), tido como um dos golpes mais fortes da ditadura. O decreto deu poder de exceção para os governos punirem indiscriminadamente todos aqueles que fossem considerados inimigos do regime. No mesmo ano, devido as perseguições políticas, Fernando Santa Cruz se mudou para o Rio de Janeiro junto à sua companheira, Ana Lúcia Valença; ele passou a trabalhar na Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, ligada ao Ministério do Interior.

Em 15 de janeiro de 1970, Fernando se casou com Ana Lúcia Valença de Santa Cruz e o único filho do casal, Felipe Santa Cruz, nasceu dois anos depois, em 3 de abril de 1972, mesmo ano do ingresso de Fernando Santa Cruz no curso de direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), curso que não permaneceu muito tempo porque no ano seguinte se mudou para São Paulo com o objetivo de assumir um cargo público, assim trancando sua matrícula na UFF.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, em 1974, Fernando Santa Cruz desapareceu, aos 26 anos. Ele, diferente de outros desaparecidos políticos, possuía residência fixa e emprego estável, não se enquadrando como clandestino ou fugitivo perante os órgãos de segurança do Estado. Seu último paradeiro conhecido foi quando deixava a casa do irmão no dia 23 de fevereiro de 1974 a caminho do encontro com seu amigo de infância Eduardo Collier Filho, o qual viria a desaparecer junto.

A busca pelo paradeiro e respostas do seu desaparecimento se somaram a militância e clamores de outros integrantes da Família. O irmão, Marcelo Santa Cruz,

⁵ O acordo MEC-USAID foram convênios realizados durante o regime militar entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). A negociação que só veio a público por pressão popular em 1966; uma das imposições do acordo foi a inclusão no currículo da obrigatoriedade do ensino de inglês desde o primeiro ano escolar.

foi exilado e expulso da Universidade Federal de Pernambuco, onde cursava direito e a irmã Rosalina Santa Cruz, foi presa e sofreu tortura.

Em meio a clamores das famílias dos jovens desaparecidos feitos a entidades e personalidades nacionais e internacionais, os oficiais brasileiros emitiram um anúncio oficial dizendo que Fernando estaria clandestino e Eduardo foragido, ambos estavam vivos, sem que o Estado soubesse dos paradeiros.

II

Muitas foram as informações que as famílias receberam de diversas autoridades, até o processo no Tribunal Bertrand Russel, iniciado pela súplica das famílias à Anistia Internacional, o então ministro da Justiça, Armando Falcão se viu obrigado a dar informações para as famílias. Em em 6 de fevereiro de 1975, declarou que ambos estavam desaparecidos e impossibilitados de se encontrar por estarem vivendo de forma clandestina.

Ainda na versão oficial do Relatório da Comissão da Verdade, um documento da aeronáutica de 1978 afirma que os jovens foram presos em 22 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro, desmentindo as afirmações das autoridades sobre o desaparecimento e o *status* de clandestinidade. Outro relatório da marinha, esse datado da década de 90, diz que Fernando Santa Cruz foi preso e considerado oficialmente como desaparecido no ano de 1974.

São dadas duas hipóteses oficiais para o caso: a primeira diz respeito ao DOI-CODI/SP, local onde as famílias procuraram e mesmo sem dar detalhes os funcionários tinham informações dos dois jovens. O mesmo órgão pode os ter sepultados como indigentes no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Já a segunda hipótese levanta a possibilidade de terem sido mortos na Casa da Morte, em Petrópolis, e incinerados em uma usina de açúcar. Essa hipótese estava fundada em um depoimento dado por um ex-delegado do DOPS/ES, e que após reconhecer a foto de Fernando Santa Cruz, afirmou que recebeu ordem de recolher os corpos na Casa da Morte com destino a Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, local em que os corpos dos jovens foram incinerados.

No mesmo depoimento o ex-delegado afirma que havia uma operação para recolher prisioneiros da região do Nordeste e mandá-los para a Casa da Morte; o objetivo era fazer com que os corpos desaparecessem. Fernando e Eduardo foram vítimas dessa operação. Em uma linha temporal, os dois jovens teriam sido presos, encaminhados ao DOI-CODI/RJ e seus destinos finais teria sido Petrópolis, na Casa da Morte.

Tendo seus locais de desaparecimento e morte desconhecidos até hoje, ambos os jovens são considerados desaparecidos até o momento. Mesma realidade de muitos que foram contra a ditadura militar brasileira.

“A partir das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira foi preso e morto por agentes do Estado brasileiro e permanece desaparecido, sem que os seus restos mortais tenham sido entregues à sua família. Essa ação foi cometida em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura militar instaurada no Brasil em abril de 1964” (Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos - Dezembro de 2014, p. 1607).

3. DITADURA MILITAR BRASILEIRA

I

A ditadura militar teve início em 1964, porém o cenário para sua instauração e permanência foram preparados anos antes. O histórico de fragilidade democrática no Brasil é um problema de décadas passadas. Desde os anos 40 a instabilidade se consolidava como uma realidade no cenário político brasileiro.

O período de tempo entre 1946 e 1964 foi o momento para que o país caminhasse para um Estado autoritário. Os acontecimentos durante o Estado Novo foram essenciais para que o uso indiscriminado da violência por parte dos agentes do Estado fosse definido e estabelecido pelo poder que os mesmos detinham.

Mesmo com os altos e baixos no cenário político, o Brasil encarava avanços. O Brasil acompanhava à sua maneira, uma nova Constituição e demonstrava que a ordem democrática estava sendo estabelecida. A democratização nas escolhas do Congresso Nacional, eleições nacionais de forma simultânea e a descentralização do

poder, bem como o estabelecimento de uma harmonia entre os três poderes eram avanços na realidade política.

Um simbólico movimento que mais tarde seria explorado de forma autoritária foi a perseguição aos comunistas e a ilegalidade imposta sobre o Partido Comunista Brasileiro, em 7 de maio de 1947. Trabalhadores foram demitidos por se definirem como comunistas e estudantes foram forçados a parar temporariamente seus encontros por serem considerados um risco a ordem vigente.

Políticos do PCB foram cassados e perderam seus mandatos, as ligações com os soviéticos ficaram abaladas e uma onda de violência teve início no país. Concomitantemente, o Brasil estreitava seus laços com os Estados Unidos, o que era visto com bons olhos pela classe política do país, por justamente estarem vivendo um período complicado advindo do pós-guerra.

A influência militar na política brasileira teve início no fim da Era Vargas, quando os militares permitiram a passagem para um sistema democrático, ao depor Vargas, as ideologias cada vez mais se tornavam pautas importantes nos caminhos do Clube Militar; o anticomunismo era tido como elemento essencial, por entender que era o elo de ligação das relações Brasil-Estados Unidos.

O cenário de nacionalismo, politização e partidarismo, por parte dos militares e das forças armadas, iniciaram rompimentos internos que foram fundamentais para os desdobramentos políticos no país e o subsequente golpe de 64.

O PCB continuava com *status* de ilegalidade e Vargas manteve o banimento dos comunistas do cenário político nacional. Em 1953 uma nova Lei de Segurança Nacional foi posta em prática, as competências do Tribunal Militar aumentavam e a partir daquele momento passou a julgar crimes de segurança externos, enquanto os internos estavam na competência da justiça comum.

Os militares tentaram, de forma direta, intervir na política durante o governo de Vargas, eleito democraticamente; primeiro com um manifesto de oficiais contrários a governos trabalhistas - muitos dos quais teriam participação no golpe de 64, a articulação pela aproximação entre os militares e grupos conservadores – grupos que tentaram impedir as posses do Kubistchek e Goulart e a tentativa de assassinato do candidato a deputado federal, Carlos Lacerda, por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas.

Os movimentos tinham início com a participação dos coronéis e ganharam adesão dos generais, que foi sugerido que Getúlio Vargas renunciasse, o que não foi aceito pelo então presidente. Logo após, oficiais da aeronáutica emitiram um manifesto pela renúncia, que mais uma vez foi rejeitado por Vargas e, seguindo o mesmo caminho, oficiais do exército também lançaram um manifesto com o mesmo objetivo. O desfecho se deu na data de 24 de agosto, quando Getúlio Vargas dá um tiro no próprio peito.

II

Kubistchek chega à Presidência da República nesse cenário. Ao tomar posse já encontrava a oposição tentando impedir que cumprisse o mandato, seguido por oficiais da aeronáutica que se rebelavam e pediam sua deposição. Três meses depois, oficiais da aeronáutica tentavam controlar aeródromos como forma de protesto. Uma das táticas de Kubistchek foi manter em seu governo, como aliados, nomes fortes das forças armadas.

Como resposta, houve um movimento de anistia por parte do governo, isso beneficiou militares que em anos anteriores haviam sido classificados como comunistas. O decreto dizia:

“Concedendo anistia, ampla e irrestrita, a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores, nos movimentos revolucionários ocorridos no país a partir de 10 de novembro de 1955 até 1o de março de 1956” (decreto Legislativo no 22, de 23 de maio de 1956).

Mesmo com conflitos com militares causados por revoltas e conspirações, Kubistchek conseguiu ser o segundo presidente, desde 1945 a 1964, a cumprir seu mandato por inteiro, isso porque Vargas cometeu suicídio e Jânio Quadros renunciou à presidência.

Um dos confrontos marcantes do governo foi a Revolta dos Aragarças, que mesmo durando pouco mais de 30 horas, foi um movimento expressivo por ser composto pelos oficiais das forças armadas e civis pela derrubada do governo Kubistchek.

Seu sucessor, no entanto, não teve a mesma capacidade de lidar com as barreiras levantadas. Jânio Quadros foi eleito presidente em 1960 e renunciou ao mandato em 1961, ação que dividiu grupos civis-militares entre os que eram favoráveis a posse do vice, João Goulart, de acordo com a constituição, e os contrários.

Nesse cenário os ministros militares tomam o poder e decretam estado de sítio em todo o país, para que manifestações públicas não fossem formadas, assim impedindo Goulart de assumir seu mandato. Marechal Lott se manifestou pedindo apoio popular para que João Goulart assumisse e que a constituição fosse respeitada. Após o posicionamento os militares que haviam tomado o poder prenderam Marechal Lott.

A justificativa para tais ações era a de que as forças armadas não poderiam permitir que um agente do comunismo internacional fosse Presidente, pois no cargo com o maior poder do país ele poderia comprometer a segurança nacional. Entretanto, as ações para legalidade conseguiram se sair vitoriosas e Goulart assumiu a presidência.

O ano de 1961 causou fissuras na democracia brasileira e criou um cenário de ruptura institucional, porém foi visto como uma vitória dos defensores da ordem constitucional. No entanto, a realidade foi diferente e o ano de 61 representou apenas um ensaio do que aconteceria em 1964.

III

A visão de que reformas e direitos trabalhistas seriam nocivos é uma herança desde a década de 40. A escalada de repressões aos movimentos trabalhistas era uma realidade nos estados comandados por adversários do governo Goulart. No dia 13 de março de 1964, o presidente anunciava em seu comício na estação Central do Brasil, em um discurso para 150 mil pessoas, a defesa de reformas de base, como expropriação de terras pelo interesse social e a encampação de refinarias privadas de petróleo.

Seis dias após houve a Marcha pela Família com Deus pela Liberdade, no Rio de Janeiro, sendo promovida pelo movimento Campanha da Mulher pela Democracia.

Na mesma semana, a Revolta dos Marinheiros e seguindo o que Juscelino havia feito anteriormente, Goulart anistiu os envolvidos.

Em meio a Guerra Fria e com a Revolução Cubana em sua vizinhança, o governo dos Estados Unidos se preocupava com os desdobramentos da influência da política mundial na América Latina. Entre 31 de março e 1 de abril de 1964 um golpe militar era posto em prática no Brasil, finalizando a quarta república e possuindo reconhecimento do presidente norte americano Lyndon Johnson. Oito dias depois, em 9 de abril, uma norma jurídica era anunciada, o Ato Institucional nº1 que declarava a vitória do movimento militar e a derrubada do governo democrático constitucional de João Goulart.

Como forma de comunicado à nação, os militares editaram o AI-1, declarando ser uma revolução pelo interesse nacional. Como forma de implementar um novo governo os militares “teriam criado uma revolução constitucional pela ordem democrática”, e declaravam que estavam no poder para reestabelecer a economia, finanças, política e a moral brasileira.

Mais uma vez a luta contra o comunismo era posta como um motivo para se tomar medidas autoritárias. Os militares buscavam limitar poderes e ditar a constituição do novo governo que estava em vigor. As forças armadas buscavam legitimidade política e a redação do AI-1 deixava explícito que não buscavam validade através do Congresso Nacional. Estava caracterizado o golpe.

O país se dividia. Uma minoria da classe política se colocava como oposição aos militares golpistas, movimentos sociais ganhavam força e greves eclodiam em diversos estados. Essas movimentações eram tidas pelos militares como subversivas e infladas por comunistas.

Em 10 de abril de 1964, mandatos de cassação eram editados: 102 nomes estavam presentes nas listas dos militares, dentre esses nomes estavam militares, políticos, ministros progressistas e diplomatas. Nomes históricos do campo progressista brasileiro eram caçados, exilados e perdiam seus direitos políticos. Foi o período do exílio. De fato, a repressão estava acontecendo desde os primeiros momentos do golpe militar.

Toda movimentação popular era tida como subversiva. Entidades eram cassadas e estimasse que milhares já eram presos desde o início do golpe e a prática

da tortura já era posta em prática. Os Inquéritos Policiais-Militares, em sua ampla maioria eram chefiados por coronéis e tinham como objetivo controlar e reprimir as atividades vistas como subversivas. A perseguição também tinha cunho racista, como exemplo disso, chineses foram presos, torturados e expulsos por subversão e conspiração, isso por se ter em mente que chineses eram sinônimo de comunistas. Essas acusações tinham como foco o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, de orientação maoísta.

A ditadura não caminhava sozinha. O auxílio da elite civil foi fundamental para a possibilidade de repressão aos movimentos sociais, juridicamente, politicamente e por meio da força policial.

O primeiro presidente que assumiu depois do golpe militar de 1964 foi o general Castelo Branco, dando início aos 21 anos de ditadura militar com sucessíveis militares no comando do país. Ao todo foram cinco generais e um marechal: General Castelo Branco, Marechal Costa e Silva, General Emílio Garrastazu Médici, General Ernesto Geisel e General João Figueiredo. Os assalariados foram os que mais sofreram economicamente. Em outubro de 1965 ainda era possível a eleição direta para governadores. O descontentamento da população foi expressivo. A oposição, ainda existente, foi vitoriosa nas eleições de Minas Gerais e Guanabara, estados importantes do país.

Como resposta, o governo militar impôs o Ato Institucional nº2, em 27 de outubro, que desfez os partidos políticos e impedia eleições diretas para os governos estaduais. Como resultado, foi posto em prática o bipartidarismo no país. O AI-4 posto em prática em 1966 revogou a constituição de 1946, dando espaço para uma nova constituição que estaria pronta em 24 de janeiro de 1967. A nova constituição ampliava os poderes do Executivo.

O sucessor do marechal Castelo Branco foi o marechal Costa e Silva; vendo as insurgências sociais, em 13 de dezembro de 1968, decretou o pior golpe de repressão da ditadura militar brasileira, o Ato Institucional nº5.

“São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar

mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências” (Ato Institucional nº 5, 1968).

Além de cassar políticos e aumentar os poderes do presidente, o AI-5 também dava ao presidente o poder de encerrar as atividades parlamentares e impedia a garantia de *habeas corpus*. Nenhuma ação tomada pela Presidência da República era passível de recursos legais e os efeitos jurídicos de recursos eram barrados pela existência do AI-5; em nenhum outro momento da história republicana brasileira o poder Executivo dispôs de tanto poder centralizado.

Assembleias legislativas foram fechadas, 88 deputados perderam o mandato e oito senadores acusados. No judiciário três ministros foram atingidos, houve a aposentadoria compulsória deles no STF.

“[...] inventário produzido por Marcus Figueiredo, e citado por José Murilo de Carvalho, apresenta os seguintes números, produzidos entre 1964 e 1973: 1) foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas; 2) o AI-1 atingiu, isoladamente, 2.990 pessoas, ou seja, 62% dos punidos entre 1964 e 1973; 3) foram cassados os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores; 4) perderam os direitos políticos 35 dirigentes sindicais; 5) foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos; 6) foram expulsos ao todo 1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes - coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos, trinta soldados e marinheiros; 7) nas polícias militar e civil, foram 206 os punidos; 8) foram feitas 536 intervenções (durante o período entre 1964 e 1970) em organizações operárias, sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e quatro em confederações” (Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume I – Dezembro de 2014).

O Ato Institucional nº5 permaneceu em vigor até o governo Geisel, (março de 1974 a março de 1979), durando assim por cerca de dez anos, só tendo fim por meio da emenda constitucional nº11 de 1978: “Art. 3.0 - São revogados os Atos Institucionais e Complementares, no que contrariarem a Constituição Federal,

ressalvados os efeitos dos atos praticados com base neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial”.

IV

Costa e Silva criou as estruturas, Médici as aprimorou e consolidou. A opressão no comando do general Emílio Médici foi aprimorada e amplificada; as movimentações políticas e sociais eram medidas para que se encaixassem nos parâmetros de tolerância do governo, entidades civis e políticas estavam sendo constantemente vigiados.

Em sua carreira Médici esteve presente nas movimentações movidas por Vargas, na década de 30, chefiou o Serviço Nacional de Informação e constituiu o Conselho de Segurança Nacional. Isso foi essencial para a possibilidade de se pôr em prática suas medidas, aumentando o alcance das investigações do SNI para todas as esferas sociais.

As investidas da ditadura encontravam resistência no meio da sociedade. Foi nesse cenário que o general Médici assumiu, tomando atitudes inéditas, reprimindo com alto grau de truculência os movimentos de resistência. Foi no governo Médici que Carlos Marighela foi fuzilado, no dia 4 de novembro e outros guerrilheiros também foram mortos, inclusive a ofensiva maior na Guerrilha do Araguaia.

No ano posterior da chegada do governo Médici eram inaugurados o Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), marcando uma das características da ditadura, a constante luta por um suposto inimigo interno. Uma das primeiras vítimas do DOI-CODI foi o secretário geral do PCB, Mário Alves, preso e torturado até morte. Seu corpo nunca foi encontrado.

A perseguição política se expandia a militares e integrantes da igreja católica, a ponto de fazer com que o papa Paulo VI, fosse informado da situação da igreja e seus integrantes no Brasil como o religioso dom Hélder Câmara.

Outro golpe contra a sociedade realizado por Médici foi o Decreto nº 1077, de 26 de janeiro de 1970, decretando censura a livros e revistas.

Como forma de conseguir salvar seus colegas da prisão e tortura, militantes de partidos políticos de esquerda orquestravam sequestros de políticos estrangeiros em

solo brasileiro para que fossem trocados por presos políticos. Após as trocas, os recém liberados embarcavam para outros países com a finalidade de buscar refúgio.

As organizações civis armadas que lutavam contra o regime encontraram seu momento de declínio com o assassinato de Carlos Lamarca, um dos líderes, em setembro de 1971 e a repressão contra a guerrilha do Araguaia, que levaria cerca de dois anos. Após esses eventos, a maioria das lideranças se encontrava presa ou havia sido morta. Mesmo após, a extinção da resistência armada e a tortura, a ditadura continuava. A ditadura continuava a repressão à população rural, associações de moradores de bairros pobres, padres e religiosos. Esses grupos constantemente enfrentavam formas de repressão em diversos níveis.

O general Médici permaneceu no poder até o 1974, o ano que marcava a primeira década da ditadura que segundo os militares depois de sua implementação iria durar apenas um ano. O regime assumir uma forma estável com o auxílio de Médici e o Ato Institucional nº5, que deu amplos poderes ao chefe de Estado.

O sucessor de Médici, general Ernesto Geisel trouxe consigo uma posição de menor repressão ao se direcionar para políticos e a imprensa. Desse modo, o país presenciava o início de uma abertura política. Entretanto, o governo Geisel não deu fim a repressão extrema iniciada por Médici. A repressão policial matou cerca de 50 pessoas no início do governo Geisel. Os que sobraram dos grupos armados continuavam perseguidos, presos e mortos. O maior número de desaparecidos políticos em um ano foi marca do governo de Ernesto Geisel.

A perseguição ao PCB também continuava. Seus integrantes, políticos e militantes foram cassados presos e torturados, assim como comunistas que não tinham ligação com o partido. Essas pessoas desapareceram e seus corpos jamais foram encontrados. No mesmo movimento o AI-5 foi mais uma vez posto em prática para cassar políticos eleitos pelo MDB e retirar seus direitos políticos.

Para encobrir seus crimes, os militares forjavam cenas para simular suicídios ou homicídios, sem a participação militar. Um caso emblemático é o do jornalista Vladimir Herzog, morto pela tortura e amarrado pelo pescoço para que se criasse um cenário de suicídio. Esse caso causou uma grande comoção popular causando greves e movimentações de entidades exigindo investigações sobre o caso.

No ano seguinte, também em uma das celas do DOI-CODI, o sindicalista Manuel Fiel Filho foi morto e seu caso também foi tratado como suicídio. Seu laudo médico também foi alterado para dar respaldo ao relato dos militares.

Geisel Acreditava que a tortura era necessária para que fosse possível alcançar o objetivo da abertura política. Suas atitudes não destoarão dos antecessores, sendo um governo autoritário e repressivo. Porém, foi dado um passo fundamental no fim do seu governo, a emenda constitucional nº11, abolia o Ato Institucional nº5. Tornou-se possível a emissão de *habeas corpus*, a diminuição dos poderes do Executivo, da perseguição política aos estudantes e a cassação de mandatos só poderia ser feita pelo STF, por meio de denúncias apresentadas pelo chefe de Estado.

João Figueiredo foi o último general da ditadura a comandar o Brasil e seu mandato viria a durar seis anos. Mesmo com a mudanças ocorridas, o Executivo ainda possuía poderes excepcionais e as forças armadas ainda mantinha seus instrumentos repressivos.

No mesmo ano em que assumiu o poder, Figueiredo sancionou a Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979, a lei da anistia:

“A todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 [data da anistia anterior – houve 47 na história do Brasil] e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares" (Lei nº 6.683, 28 de agosto de 1979).

Com um cenário favorável, foi apresentada também uma lei para extinguir o bipartidarismo e criar novos partidos. Com a aprovação foram criados ao longo dos meses cinco partidos: o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Popular (PP), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) - com a liderança de Leonel Brizola -, o Partido dos Trabalhadores (PT) - possuindo como principal liderança Luiz Inácio Lula da Silva. Lula tinha sido um dos principais articuladores da greve dos metalúrgicos no ABC paulista e tinha sido

preso com outros sindicalistas pelo DOI-CODI. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) teve sua recriação por meio de uma sobrinha de Vargas, como uma forma de impedir que Brizola fosse líder em um partido varguista.

No entanto, o processo de abertura desagradou aqueles que foram moldados pela ditadura. Uma série de atos terroristas foram orquestrados pela direita por grupos que estavam descontentes com a abertura que o cenário político estava vivenciando. Para esses grupos direitistas, tudo que possuía ligação direta, ou parecia possuir, com a esquerda, era visto como alvo.

As eleições que haviam se tornado diretas preocupavam o regime. Como forma de não perder os estados e municípios, o Executivo proibiu coligações, logo a população teria que votar no mesmo partido para todos os cargos. Isso caracterizou-se como um problema para os partidos recém-criados.

O Congresso conseguiu criar uma emenda à Constituição que permitia a modificação do Colégio Eleitoral, aprovando o voto distrital misto para 1986. Assim a Casa conseguia restituir alguns dos seus poderes usurpados pelo golpe de 64. Em 15 de janeiro de 1986, o Colégio Eleitoral elegeu o como presidente Tancredo Neves, primeiro civil desde o golpe de 64.

4. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

“Artigo 3º – São objetivos da Comissão Nacional da Verdade: I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionadas no caput do artigo 1º; II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior; III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do artigo 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de

desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995; V – colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições das Leis nos 6.683, de 28 de agosto de 1979, 9.140, de 1995, e 10.559, de 13 de novembro de 2002; VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução histórica dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações” (Lei nº 12.528, 18 de novembro de 2011).

O dia 12 de maio de 2010 era marcado pelo encaminhamento do projeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pelo então presidente Lula. No governo anterior, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já tinha sido criada no Congresso Nacional a Comissão dos Desaparecidos Políticos. Essas ações se somam a outras investidas pelo direito a memória e integridade daquelas pessoas que sofreram com a ditadura militar, e que, inclusive, perderam a vida.

Como mencionado, há registros de tentativas anteriores de se atingir esse objetivo, a exemplo: o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, formulado pela Comissão de Familiares e Mortos e Desaparecidos Políticos e o Instituto de Estudos da Violência do Estado, formado pelo grupo Ditadura Nunca Mais (RJ) e Tortura Nunca Mais (PE). O livro Tortura Nunca Mais, foi publicado apenas em 1995. Constitui um documento com informações colhidas por familiares dos que sofreram com os excessos do Estado. Traz uma revisão do que havia sido colhido desde 1979 com adição de nomes e casos: desaparecidos e mortos em território nacional e os que foram mortos, mesmo estando exilados ou abrigados em outros países.

Pela Lei nº 9.140/1995 era instaurada a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos. A Lei dos Desaparecidos foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que pavimentou o caminho para a Comissão Nacional da Verdade, isso porque o Estado brasileiro, por meio dessa lei, reconhecia a culpa que carregava pelo regime militar e os desdobramentos da ditadura.

Nos 30 anos após o golpe de 1964 foi dada uma vitória a democracia ao permitir que afetados pela ditadura fossem indenizados e famílias conquistassem o direito de receber atestados de óbitos para honrar aqueles que haviam desaparecido ou morrido no período. A lei possuía brechas e imperfeições, que foram muito criticadas, como o fato de que os processos somente teriam início com a solicitação de familiares, deixando a sociedade civil de fora do processo.

A Comissão durou cerca de 11 anos e durante o segundo mandato do presidente Lula a redação da Comissão foi publicada. Este foi o primeiro relato oficial, reconhecido pelo Estado, pela busca das memórias das vítimas da ditadura.

A Comissão Nacional da Verdade entra na busca de provas por meio de súplicas de vítimas e de familiares para enfim conseguir terminar o que as tentativas anteriores haviam iniciado. O grupo de trabalho que iria originar a CNV foi composto por ato presidencial em 13 de janeiro de 2010.

Com tramitação em regime de urgência, o projeto criado foi enviado ao Congresso Nacional ainda em 2010. A apresentação do Relatório contou com a presença de diversos nomes que compuseram a área de direitos humanos no governo. Em 18 de novembro de 2011, a lei aprovada pelo Congresso Nacional foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

II

A cerimônia de instauração da Comissão Nacional da Verdade possuiu um peso simbólico e político. Além de ter sido sancionada por uma Presidente, Dilma Rousseff, que havia sofrido com a ditadura, teve a presença dos presidentes civis eleitos desde a redemocratização.

Os objetivos da CNV eram, para além de documentar os crimes cometidos na ditadura e recuperar a memória, a busca pelo fortalecimento das instituições democráticas e demonstrar para todos os que nasceram no regime democrático, os horrores da ditadura militar que perdurou por 21 anos.

O Brasil se via em uma posição privilegiada ao lado de outros países que fizeram os mesmos movimentos para que sua memória política fosse resgatada e as liberdades democráticas fossem preservadas. Sobretudo para que o passado não fosse

esquecido, colocando em prática o dever ético de um Estado democrático, mesmo que a medida tenha sido tomada muitos anos após o fim do período ditatorial.

O governo Dilma conseguiu criar mecanismos de transparência para o processo legal e para a sociedade civil. A Lei de Acesso à Informação foi essencial para que informações fossem catalogadas e o processo de construção da Comissão Nacional da Verdade colhesse seus frutos.

Hoje podemos ainda encontrar novas provas dos acontecimentos do período militar. Áudios e documentos que explicitam os horrores cometidos pelas forças armadas são revelados através dos instrumentos democráticos. Como exemplo, em abril de 2022, cerca de 10 mil horas de áudios de processos ocorridos dentro do Supremo Tribunal Militar foram divulgados, contendo confissões e relatos sobre as torturas cometidas. Suas consequências explicitaram como as ações dos militares eram postas em prática.

A CNJ teve papel decisivo na criação de acervos e arquivos nacionais para a guarda e obtenção de documentos que antes era impensável se ter acesso, milhões de páginas de arquivos dos comandos militares, ministério da defesa e os extintos órgãos de investigação e repressão foram disponibilizados para consultas públicas e para além do governo federal, os governos estaduais e municipais.

Diversas entidades trabalharam concomitantemente a Comissão. Estados, Universidades, sindicais e a Ordem dos Advogados do Brasil, criaram seus grupos de trabalho e se dedicaram a construir materiais a partir do que estava sendo disponibilizado para a sociedade civil.

A CNV se inspirou e também seguiu exemplos de dezenas de outras Comissões no mundo, como exemplo aos trabalhos da ONU para proteção e promoção dos direitos humanos e as bases para comissões não judiciais com a finalidade de investigação, tendo como fundamentos os conceitos de independência, imparcialidade, garantia aos testemunhos das vítimas e as garantias dos agentes do Estado.

A implementação da Comissão não foi bem aceita no meio militar, as forças armadas temiam que o próximo passo fosse a revogação da lei da anistia, o que seria um grande passo na democracia brasileira, isso porque não houve reparação histórica pelos crimes cometidos durante a ditadura. A lei da anistia ao passo que permitiu a

volta dos exilados, também permitiu que os torturadores permanecessem impunes de seus crimes. O poder judiciário afirmou que não havia a possibilidade de se revogar a lei naquele momento, o que deu certa desacelerada nos ânimos das forças armadas.

As experiências de Comissões da Verdade e as resoluções da ONU foram fundamentais para que o congresso debatesse e aceitasse a criação da CNV, o que impressionou a classe política foi como diversos trabalhos fossem realizados a partir da publicação da lei, a democratização da informação no Brasil se mostrava uma realidade eficaz e necessária.

5. VERDADE E MENTIRA NA POLÍTICA

O imaginário popular tomou como fato que na política não há espaço para a verdade. Isto é legitimado pelo alto grau de descontentamento que a população sente em relação ao segmento político; se entende que a política possui um discurso de promessas vazias e sem nenhum tipo de comprometimento com o que ocorre de fato.

A desilusão política na sociedade brasileira fica evidente com a quantidade de *outsiders* que conseguem chegar nos maiores postos públicos por meio do voto. Em 2018, a eleição de Bolsonaro em é um dos exemplos mais apropriados dessa visão; mesmo que não seja de fato um *outsider*, no sentido literal da palavra - pelo motivo de que o atual presidente teve uma carreira política de 28 anos como deputado federal, o seu discurso como candidato à presidência da república trouxe toda a estrutura de alguém que não fez papel político, e que conseguiu captar toda a população que havia descontentamento político.

Bolsonaro conseguiu se eleger com um discurso vazio, que escondia todo seu histórico como um político de sete mandatos que não possuía um *know how* político. Apoiando-se apenas em sua popularidade inicial, uma de suas muitas falhas, sua popularidade conseguiu se provar mais imprevisível que as decisões tomadas como presidente.

A discussão acerca dos limites da veracidade no mundo político não era uma pauta amplamente debatida na sociedade brasileira até recentemente, porém, não se esperava que a gestão política atual criasse um cenário para se discutir essa realidade. As *fake news* nunca estiveram tão estudadas como agora. Se entende os perigos da

mentira, mas estamos conseguindo alcançar um novo patamar neste quesito, pois a mentira não está caminhando sozinha, ela traz como companhia a omissão de fatos da realidade.

A política, na sua essência, traz como discurso uma moralidade inabalável para permitir que sua existência, aos olhos da sociedade, seja isenta de críticas ou reclamações; a venda de uma máxima moral pela política necessita de um pilar estrutural para que seja socialmente aceita, assim a necessidade de se recorrer a uma “nobre mentira” é a única saída possível.

Platão admitia a “nobre mentira” que é uma mentira, entretanto, uma medida de apaziguação posta em prática de forma hierárquica, aqui pela parcela política, como um discurso que possui o objetivo final de abrandar os ânimos de críticos. Como muitos conceitos a “nobre mentira” perdeu seu sentido inicial com o passar do tempo, hoje não há nobreza em sua existência - se é que um dia realmente houve; quanto mais utilizada no meio político, mais corrompida se torna.

Ao se observar atentamente é possível entender como funciona a realidade política e os mecanismos são simples. O primeiro passo é negar os acontecimentos, se não há uma confirmação de fato da realização de algo. O fato propriamente dito não aconteceu, mesmo que haja provas. O segundo passo consegue criar uma reviravolta, pois logo após há a omissão dessas ações, seguida da construção de uma mentira que possa criar um caminho alternativo para se construir narrativas favoráveis a quem está no poder, ou quem almeja o mesmo.

Quando essa possibilidade é posta como realidade há questionamentos porque está se falando sobre manipular a realidade e a memória das pessoas, porém não é impossível, Hannah Arendt, em seu ensaio “Verdade e Política”, já havia levantado essa possibilidade ao dizer que “seria necessário nada menos que o monopólio do poder sobre o mundo civilizado”.

Ao entender que a detenção do poder consegue manipular a realidade, a autora continua dizendo que “tal monopólio de poder está longe de ser inconcebível, e não é difícil imaginar qual seria a sorte da verdade factual se os interesses do poder, nacionais ou sociais, tivessem a última palavra em tais assuntos” (Arendt, 1967). Esta se define como uma prática comumente utilizada por muitos estadistas, pois para que não haja ameaças à sua posição, é indispensável haver veracidade em sua figura,

mesmo que seja necessário forjar uma realidade política. Para se manter a ideia de virtude, o sacrifício da verdade se torna um ato heroico.

A segurança pública, ou mesmo do Estado, é uma justificativa para se levantar um véu sobre a realidade com o objetivo de esconder a verdade e mascarar as mentiras; é evidente que há segredos de Estado que devem se manter longe da sociedade em geral, pois “os segredos de Estado sempre existiram; todo governo precisa classificar determinadas informações, subtraí-las da percepção pública” (Arendt, 1967), até para protegê-la, mas deve se ponderar bem o que se mantém como segredo, pois com isso se pode entender que a verdade é inimiga da segurança.

Um dos mecanismos das Instituições é a possibilidade de se impor sigilo sobre o que é caracterizado como temas que ferem a segurança, porém, abre precedentes para que muitos assuntos sensíveis se encaixem na regra e se tornem segredos ocultos, representando um exemplo de mecanismo de omissão, pretendido pela classe política.

O embate é clássico entre a verdade, virtude e os sacrifícios para que objetivos sejam alcançados. A verdade factual pode ser descrita como o maior inimigo externo da política, porém a virtude se mostra como um *player* que ameaça tanto no ambiente interno quanto externamente, isso porque uma das maiores características do campo político é o desequilíbrio entre a moral e política, uma rivalidade histórica. Hannah Arendt diz que “a história do conflito entre moral e política é antiga e complexa, e nada seria ganho com simplificação ou denúncia moral. No transcurso da história, os que perseguem e os que contam a verdade tiveram consciência dos riscos de sua atividade” (Arendt, 1967).

Quando buscamos entender o conceito de moral, se recorrermos ao Dicionário de Língua Portuguesa, podemos entender o termo como sendo um “conjunto dos princípios e valores morais de conduta do homem” ou no conceito filosófico de “tratado sobre o bem e o mal”. Os costumes são o significado original da palavra no latim; parte da sociedade brasileira baseia sua visão política em preceitos cristãos, o que faz com que a moral tenha papel fundamental na política. Vemos na realidade política a corrupção da “boa fé”.

Maquiavel já tratava sobre o perigo da aproximação dos dois campos, segundo o mesmo, a função principal da política é a de se preocupar exclusivamente com o

Estado, logo a moral não deve estar acima da estabilidade estatal; deve se fazer separações entre fundamentos religiosos e a política em sua essência, isso porque a moral e os costumes, dentro de uma sociedade, não constituem posicionamentos unânimes.

Independentemente de onde se encontre, um país é constituído por diferentes seguimentos sociais e cada um possui características próprias, realidade essa válida para Estados democráticos ou autoritários. A diferença está no fato de que na democracia as vozes são ouvidas e no autoritarismo são reprimidas.

II

A existência de mentiras dentro do campo político se cristaliza com o decorrer do tempo, mas também encontra desgaste no meio do caminho, isso pelo fato de que recorrer a mentira se torna uma alternativa inviável por seu caráter vicioso; em um cenário que mentir e omitir já não são mais o suficiente, é necessário que a política busque adaptação, assim essa realidade caminha para um sentido mais compreensivo.

Os mecanismos para construção de narrativas alternativas utilizam da dominação política para que consiga exercer seu poder de imposição. Podemos afirmar que a radicalização das *fake news* é o primeiro passo da imposição de mentiras. Essa realidade busca respaldo no poder público, que por meio da política busca um arranjo ideal para conseguir legitimidade. Vemos que a recente discussão sobre liberdade de opinião foi o pontapé inicial para um alinhamento ao imaginário popular.

A criação de narrativas alternativas a realidade no campo político conseguiu criar respaldos reais em leis que até pouco tempo atrás não se imaginava que poderia acontecer. Não foi necessário criar uma nova legislação, apenas agir politicamente para alterar a realidade. Hoje encontramos um embate entre opinião e fatos, o cenário tem se tornado cada vez mais preocupante porque coloca a justiça em cheque ao levar a liberdade a um patamar externo ao bem coletivo. O que anteriormente era visto como absurdo de acontecer na realidade ganha espaço, uma verdade absoluta ganha força, mesmo que não seja tida por uma maioria expressiva da população. Uma liberdade irrestrita é o objetivo da política.

O perigo não reside na existência de opiniões, isso porque, na realidade, a opinião e a verdade factual não se opõem, pelo contrário, ambos se acrescentam, isso se dá pelo fato de que fatos e opiniões são complementares as opiniões se alimentam pelos fatos, se tornando posicionamentos legítimos no campo da verdade factual. Vemos o desaparecimento gradual do debate entre opinião e verdade e a imposição de visões distorcidas da realidade sem fundamentos concretos.

Se engana quem segue o pensamento liberal de que as pessoas devem expor opiniões de forma indiscriminada, sem se impor limites, por dois motivos, o primeiro se dá pelo fato de que o campo das opiniões é relativo - pode sofrer alterações de acordo com os indivíduos, e a verdade factual é imutável, pois a realidade dos fatos e acontecimentos não se altera, independente de se concordar ou não. O segundo motivo é o perigo que isso representa, pois, uma opinião individual quando somada a outras igualmente nocivas que negam a realidade, dão estruturas para fundar grupos que carregam suas próprias verdades absolutas, descoladas da sociedade.

A comunhão de pensamentos é uma característica de sociedades democráticas, porém encontramos, no meio do caminho, o paradoxo da liberdade; podemos agir como queremos enquanto não haja uma interferência na liberdade e vida privada de outra pessoa. Logo, não existe espaço para a falácia de que há privação da liberdade de expressão na sociedade ao querer modificar o próprio conceito de verdade para uma crença individual.

A ação de deslocamento da verdade para a opinião é um perigo que corremos constantemente. Citando Madison, Arendt (1967), diz que com “o deslocamento da verdade racional para a opinião implica uma mudança do homem no singular para os homens no plural”, o que demonstra a perda da característica principal da política, a pluralidade.

A verdade, presente em discursos políticos, são mutáveis de acordo com quem está conduzindo a fala; a gravidade do peso que a verdade e mentira possuem na política pode ser observado quando as versões de acontecimentos são modificadas a partir de pontos de vista assim tentando criar fatos, o que se torna um grande risco. Hannah Arendt (1967), continua dizendo que, “portanto, vista do ponto de referência do contador da verdade, a tendência a transformar o fato em opinião, a borrar a linha divisória que os separa, não é menos motivo para perplexidade do que o transe em

que se encontrava outrora o contador da verdade”. A política erra ao exaltar a opinião em detrimento dos fatos.

Com o decorrer da história muitos acontecimentos são tidos como tabus, quando são postos à tona são encarados como uma opinião. Tomamos como exemplo a visão dos habitantes dos Estados Unidos sobre a guerra do Vietnã, pois na visão de muitos foi uma vitória do país, mesmo tendo sido uma derrota histórica.

O que me parece ainda mais perturbador é que, na medida em que as verdades fatuais inoportunas são toleradas nos países livres, amiúde elas são, de modo consciente ou inconsciente, transformadas em opiniões - como se o fato do apoio da Alemanha a Hitler, ou o colapso da França ante as forças alemãs em 1940, ou a política do Vaticano durante a Segunda Guerra Mundial não fossem questão de registro histórico e sim uma questão de opinião (Hannah Arendt, 1967, p. 235).

Por outro lado, a constante repetição de acontecimentos irreais cria um cenário que possibilita a manipulação do imaginário popular. Como exemplos expressivos temos a ideia de que os Estados Unidos foram os principais responsáveis da queda do Nazismo, enquanto na realidade a União Soviética teve um papel fundamental para a queda do Terceiro Reich. Esse fato se dá pela forte influência política dos Estados Unidos pós-Segunda Guerra.

No Brasil, por exemplo, vemos jovens que acreditam que a ditadura militar não foi um dos piores períodos da nossa história. Podemos explicar isso com dois motivos: o primeiro é a tentativa de reescrever o golpe de 64 como uma revolução necessária ao país; e o segundo, o motivo mais importante, a falta de uma memória histórica. O Brasil além de anistiar os militares, também não reforça a memória dos fatos reais em relação a essa época.

III

O mundo político funciona como um grande palco onde a política possui papel principal. Um movimento importante é alinhar o discurso ao dos aliados para tentar prevenir incoerências e conseguir passar uma impressão única para o seu eleitorado. Para isso, é fundamental não apenas conseguir fazer com que seu grupo político possa agir como único, mas também capitar e manipular a impressão da população que será

seu potencial eleitoral. Goffman (1959), diz que o indivíduo responsável pela realização de um gesto involuntário pode com isso desacreditar, principalmente, sua própria apresentação: a representação dos companheiros de equipe ou a que está sendo encenada pela plateia.

Para conseguir manter uma impressão sobre você, como agente político, ou sobre o seu fazer política, é necessário impedir certos acontecimentos como interferências; escândalos dos mais variados podem encerrar carreiras políticas, por isso atos externos são sempre controlados de forma minuciosa. Se tomamos os fatos como a verdade factual, ela é o segredo que a política tenta esconder de todas as formas, pois ao se revelar, por meios de comunicação ou pelas mídias sociais, o palco é preenchido por constrangimento; muitas vezes o próprio político, por meio de posicionamentos inoportunos traz à tona acontecimentos que cominam na destruição de aliados. Por isso, a verdade é tão temida.

Os mecanismos para criar narrativas alternativas se tornam o aliado mais valioso neste momento, pois a partir deles é possível construir um novo cenário com uma nova narrativa para apresentar ao seu público: "É significativo que essa nova cena muitas vezes implique numa súbita redistribuição e troca de posições dos membros da equipe anterior em duas novas equipes" (Goffman, 1959). É comum, na política, trocar ou mesmo abandonar aliados em momentos de crise para manter uma imagem que se encaixa nos valores pregados. Afinal manter a ideia de virtude é essencial para qualquer político.

A política que é tema de discussão de pensadores no decorrer da história, já foi pensada e repensada; diversos nomes desde as ciências clássicas as ciências contemporâneas já se debruçaram para entender o movimento que a política faz na sociedade. Porém, é fato que certos aspectos são imutáveis, pois campos como a verdade e a mentira, valores e impressão estão enraizados na política.

Volto um pouco na discussão sobre a "nobre verdade", que inicialmente era utilizada como fundamento para se alcançar um bem comum e hoje encontra seus valores iniciais perdidos em algum lugar da história, exemplificando que a política permanece a mesma, mas seus aspectos são resinificados ao longo da história. Platão já pensava em uma política ideal nos primórdios do se pensar a política, pois uma

política ideal seria necessária para uma organização completa e bem fundamentada da sociedade: a harmonia seria um fim da política ideal.

Hoje nós encontramos uma política que tem aversão a veracidade. No entanto, a verdade factual, é importante para que a política use como arma a veracidade, os fatos concretos e comprovados. Isso porque assim como não existe uma história única, e seria perigoso se existisse, a verdade também pode ser encontrada em formas variadas, todas as verdades - não somente as várias espécies de verdade racional, mas também a verdade fatural - são opostas a opinião em seu modo de asseverar a validade.

O questionamento é: Poderia haver espaço para a verdade na política? Uma resposta possível pode ser encontrada em Arendt (1967) quando diz que “a verdade tem um caráter despótico”. A autora afirma que apenas os tiranos temem a verdade por não a poderem manipular, visto que a política está constantemente tentando moldar a verdade e até mesmo ocultá-la da população. É fato que a verdade tem um espaço mais confortável em regimes democráticos, mas não significa que ela esteja a salvo nos mesmos:

Podem-se discutir opiniões inoportunas, rejeitá-las ou chegar a um compromisso acerca delas, porém fatos indesejáveis possuem a endurecedora pertinácia de nada poder demovê-los a não ser mentiras cabais. O estorvo é que a verdade fatural, como qualquer outra verdade, pretende peremptoriamente ser reconhecida e proscree o debate, e o debate constitui a própria essência da vida política” (Hannah Arendt, 1967, p. 240).

A implicação política em acontecimentos se dá de diversas formas. Não há a necessidade de adaptar fatos a contextos ou forjar um discurso para que seja possível reescrever a história; basta agir como os fatos lhe parecem ser. A arte de reescrever a história não é simples e necessita de método. Isso se mostra evidente quando observamos a forma como grupos sem familiaridade com o entender a política sofrem influências de agentes políticos hábeis na criação de narrativas. Arendt dá o exemplo de mentirosos que invocam fundamentos constitucionais para respaldar seus posicionamentos, e é assim que vemos a recriação da história em sua fase embrionária.

Neste aspecto conseguimos, mais uma vez, encontrar o ponto de encontro entre Goffman e Arendt, quando Arendt expõe o mentiroso como um ator e o campo político como teatro. Assim fica mais evidente a maneira em que a arte de manipular as impressões está presente na vida política de forma integral. O ator deve ser prudente ao entender que poderá, em algum momento, haver interrupções externas e se preparar para isso; na mesma medida em que pode existir uma equipe para o atrapalhar por fora de suas apresentações, ele deve ter uma equipe interna e auxiliando para que consiga manter sua apresentação com maestria. O mentiroso na política age de maneira similar para que seja possível afirmar que está fazendo sol, mesmo com um temporal do lado de fora de seu palco.

O poder consegue qualquer coisa, inclusive distorcer os fatos – que por si só são inflexíveis. Porém, o poder tem como limite a transição. E não são eternos e muito menos estarão ao lado de apenas um detentor. A sociedade segue um movimento cíclico, logo projetos de poder são construídos e na mesma medida são abandonados ou esquecidos pelo tempo.

Ao tratar da verdade e mentira na política é impossível em algum momento não citar a importância da mídia como um recurso para busca de informações verídicas, em tempos de discussão do que poderia se compor um quarto poder, para além das nossas instituições democráticas. O papel dos meios de comunicação é poderoso e independente da época e do momento; “sem eles nunca poderíamos nos orientar em um mundo em contínua mudança” (Arendt, 1967).

Entretanto, as sabe do poder e influência exercidos pela política, e a imprensa não está isenta dessa realidade. Diversos canais de comunicação são utilizados de forma político-partidária. Por isso Arendt (1967) adverte que “se a imprensa tiver de se tornar algum dia realmente o “quarto poder”, ela precisará ser protegida do poder governamental e da pressão social com zelo ainda maior que o “poder judiciário”.

A partir do momento em que a mentira se torna o baluarte da política, podemos considerar a verdade como a inimiga número um, pelo fato de ter atingido tal grau de deformidade. Porém, a política é reflexo da ação de agentes políticos, logo se tornando algo limitado. Podemos afirmar que o fazer política é muitas vezes limitante por não envolver uma diversidade ampla de atores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um discurso político possui poder de desencadear diversos movimentos no meio social. Interpretações correm o risco de serem tidas como verdades absolutas, dando legitimidade para posicionamentos danosos a ordem social e democrática. A tentativa de sufocar a verdade dos fatos e abafar os debates que evidenciam a verdade factual é um mecanismo que pode fazer uma sociedade ruir.

Diante de recentes acontecimentos na história do Brasil, como a ditadura militar (1964-1985), fica evidente o quão necessário é o direito à memória. A história está fadada a se repetir quando a população não consegue absorver os acontecimentos, sejam eles bons ou maus. A ambiguidade moral está à disposição de quaisquer que seja o grupo no poder de um país. A verdade se torna uma inimiga temida quando o campo político se corrompe. Realidade que vem ganhando espaço também no Brasil atual, tendo em vista que estamos vendo a corrosão política e democrática brasileira.

Um dos volumes do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) se mostra otimista ao afirmar que “a vigência da Lei permitirá a continuidade, em momento posterior ao encerramento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, na busca da efetivação do direito à memória e à verdade histórica. Mesmo havendo se passado apenas oito anos desde a publicado deste documento de memória histórico, o cenário para o qual o país caminha se mostra cada vez mais distante do Brasil que estava sendo erguido após a redemocratização.

É necessário o exercício de se obter e disseminar o conhecimento. Uma fala do Presidente do país pode se apresentar como inofensiva, mas ao se entender todo o processo por trás de afirmações levantadas é possível entender o grau de periculosidade que um simples discurso carrega. A política não está isenta de erros. Pelo contrário, ela é o Norte que guia uma sociedade e o seu uso é determinante para os rumos de um país.

A verdade e a mentira são antagônicas. Seu uso depende da finalidade que se deseja alcançar e a forma com que ambas são empregadas diz muito sobre quem está no comando, ou está ansiando por poder. Podemos alcançar um apogeu ou seguir em direção ao declínio. O que poderá ditar o caminho a ser seguido é o conhecimento dos fatos reais e a possibilidade de realizar escolhas políticas democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. Verdade e Política. In: *Entre o Passado e o Futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016
- BRASIL. Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968. Função da lei. Diário Oficial da União, Seção 1, 13/12/1968, Página 10801
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf> Acesso em 04/04/2022
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume III. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf> Acesso em 14/04/2022
- BRASIL. Constituição (1967). Emenda constitucional nº11, de 13 de outubro de 1978. Diário Oficial da União, Seção 1, 17/10/1978, Página 16713
- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Função da lei. Diário Oficial da União, Seção 1, Edição Extra, 18/11/2011, Página 5
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Editora Vozes, 2002
- STANLEY, Jason. *How Propaganda Works*. Princeton University Press, 2015
- ECO, Umberto. *O Fascismo Eterno*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018

ANEXO A⁶

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Setor Comercial Sul, quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A
 Brasília, DF. CEP 70308200. - <http://www.mdh.gov.br>
 Sala da Coordenação Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
 SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL - MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS

ATESTADO DE ÓBITO

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, instituída pela Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, por sua presidente nomeada no Decreto de 25 de julho de 2014 (D.O.U. 28/07/2014), **declara**, nos termos da Resolução Nº 2, de 29 de novembro de 2017 (D.O.U. 11/12/2017), para fins de retificação de assento de óbito lavrado com base na mesma lei acima citada, que:

- **FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA**, brasileiro, casado, estudante universitário e funcionário público, residente e domiciliado em São Paulo/SP, nascido em Recife/PE, aos 20 de fevereiro de 1948, filho de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira e Lincoln de Santa Cruz Oliveira, conforme reconhecido às páginas 1.601/1.607, do Volume III, do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, **faleceu** provavelmente no dia 23 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro/RJ, **em razão de morte não natural**, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985.

Brasília, 24 de julho de 2019.

(Assinado eletronicamente)

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA

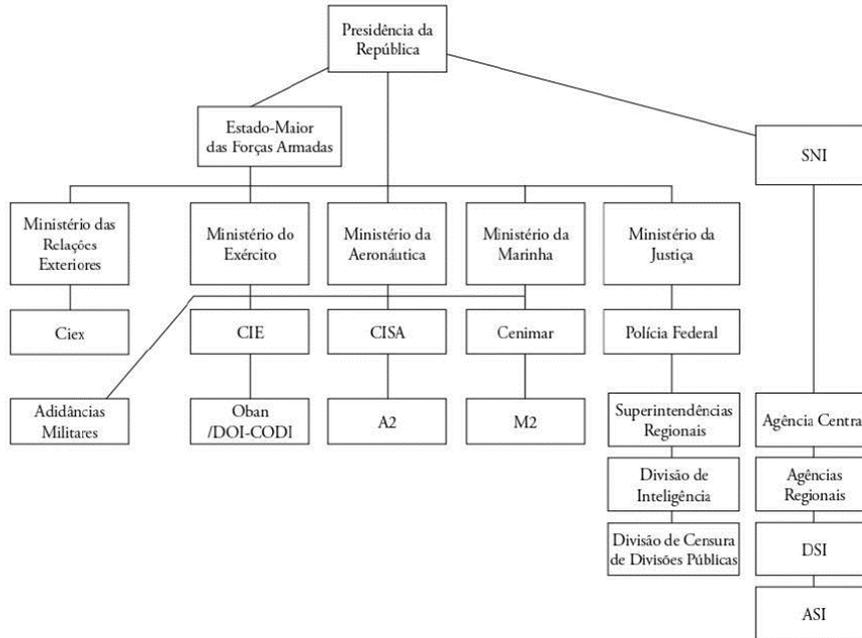
Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Presidente

⁶ O documento foi posteriormente ratificado para a família, o motivo se deu pelo fato de que a existência da vírgula anterior a declaração de falecimento descaracterizava o documento como uma certidão de óbito.

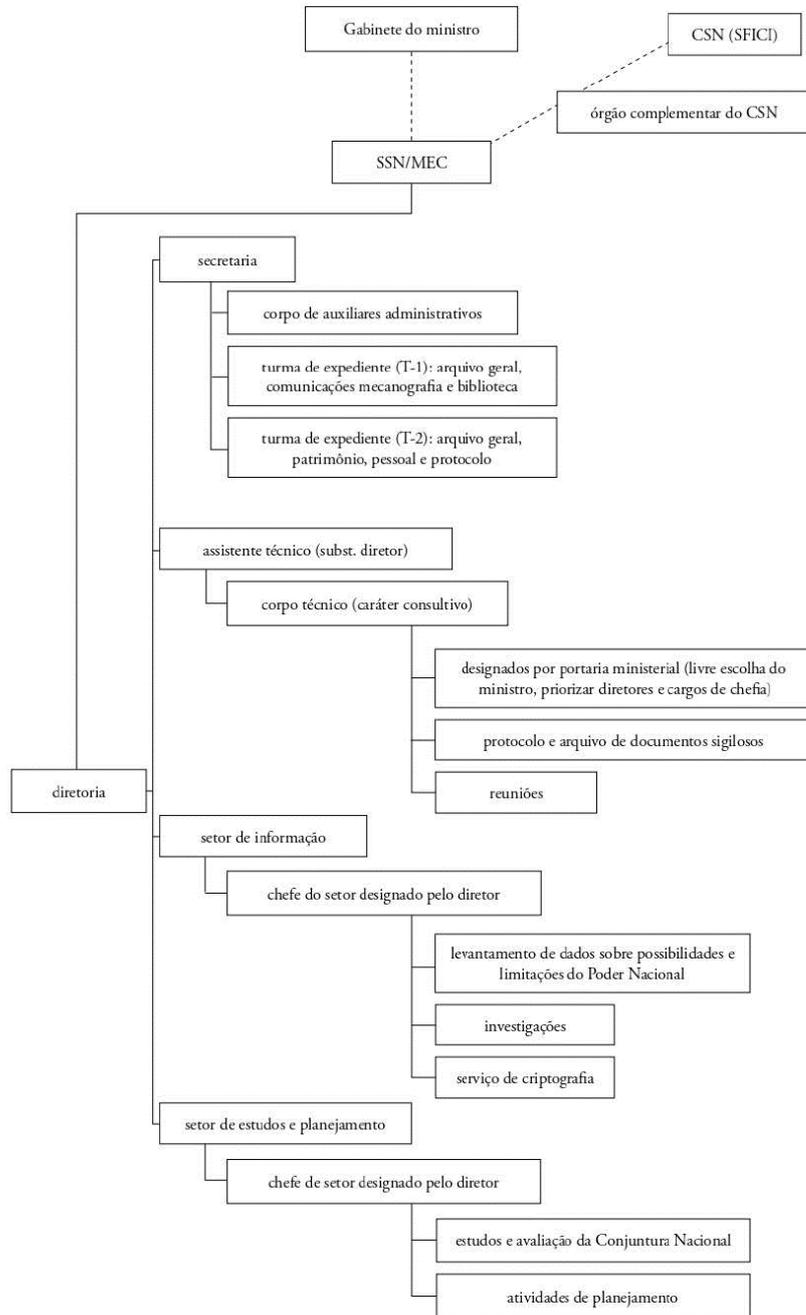
ANEXO B

4. Para a compreensão da estrutura dos órgãos da repressão criados pela ditadura militar, segue o organograma:



ANEXO C

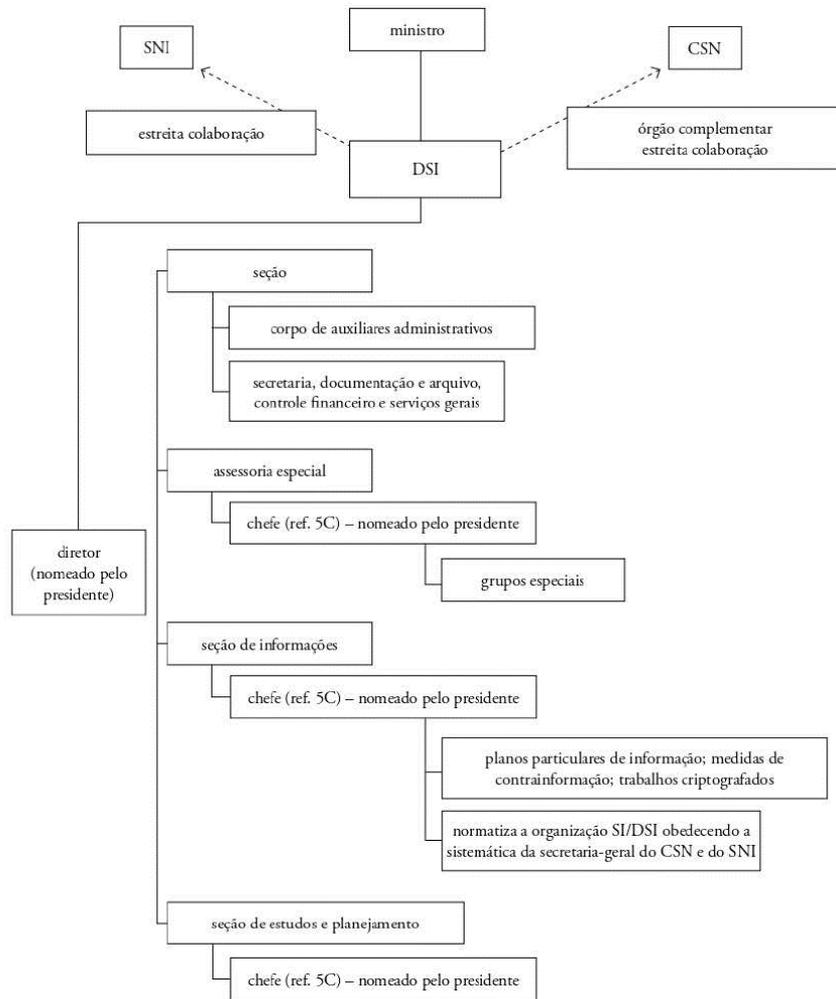
4 – ÓRGÃOS E PROCEDIMENTOS DA REPRESSÃO POLÍTICA



Quadro 1: Organização da Seção de Segurança Nacional, conforme Decreto nº 47.445, de 17/12/1959.

ANEXO D

4 – ÓRGÃOS E PROCEDIMENTOS DA REPRESSÃO POLÍTICA



Quadro 2: Estrutura geral das Divisões de Segurança e Informações, conforme Decreto nº 62.803, de 3/6/1968.

ANEXO E

4 – ÓRGÃOS E PROCEDIMENTOS DA REPRESSÃO POLÍTICA

